

O governo de Jair Bolsonaro e a direita radical no Brasil: a tentativa de golpe de estado de 8 de janeiro de 2023

El gobierno de Jair Bolsonaro y la derecha radical en Brasil: el intento de golpe de estado del 8 de enero de 2023

The government of Jair Bolsonaro and the radical right in Brazil: the attempted coup d'état of January 8, 2023

AUTOR

**Jefferson
Rodrigues
Barbosa***

jefferson.barbosa@unesp.br

* Professor de Teoria Política Contemporânea do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp, Brasil).

RESUMO:

O bolsonarismo, enquanto movimento político de direita radical consolidado durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019–2022), permanece ativo em sua mobilização política mesmo após o término de seu mandato presidencial. Em termos ideológicos, seus apoiadores defendem uma concepção nacionalista sustentada por três pilares principais: um conservadorismo moral voltado à pauta dos costumes; a defesa do liberalismo econômico, em sua vertente ultraliberal; e a defesa de uma ordem político-social baseada na militarização do Estado e da sociedade. A articulação entre esses elementos assume diferentes significados entre os diversos segmentos que compõem o movimento. Para analisar as posições e motivações dos apoiadores do bolsonarismo, foram examinados estudos especializados e documentos produzidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. O estudo também analisa o relatório final da comissão, que investigou os ataques aos prédios dos Três Poderes em Brasília, promovidos por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro com o objetivo de criar condições para uma intervenção militar e para a anulação do resultado das eleições presidenciais sob alegações de fraude.

RESUMEN:

Resumen: El bolsonarismo, como movimiento político de derecha radical consolidado durante el gobierno del expresidente Jair Bolsonaro (2019–2022), continúa activo en su movilización política incluso después de la finalización de su mandato. Desde el punto de vista ideológico, sus partidarios defienden una concepción nacionalista sustentada en tres pilares principales: un conservadurismo moral centrado en la agenda de las costumbres; la defensa del liberalismo económico en su versión ultraliberal; y la defensa de un orden sociopolítico basado en la militarización del Estado y de la sociedad. La articulación entre estos elementos adquiere significados diversos entre los distintos sectores que integran el movimiento. Para analizar las posiciones y motivaciones de los partidarios del bolsonarismo, se examinaron estudios especializados y documentos producidos por la Comisión Parlamentaria de Investigación sobre los actos antidemocráticos del 8 de enero de 2023. Asimismo, se analiza el informe final de dicha comisión, que investigó los ataques contra las sedes de los Tres Poderes en Brasilia promovidos por simpatizantes del expresidente Jair Bolsonaro con el objetivo de crear condiciones para una intervención militar y la anulación de los resultados electorales bajo acusaciones de fraude.

ABSTRACT:

Bolsonarism, as a radical right-wing political movement consolidated during the government of former President Jair Bolsonaro (2019–2022), remains politically active even after the end of his presidential term. Ideologically, its supporters advocate a nationalist worldview based on three main pillars: moral conservatism focused on traditional values; the defense of economic liberalism in its ultraliberal form; and the promotion of a socio-political order grounded in the militarization of the state and society. The articulation of these elements varies among the different sectors that compose the movement. To analyze the positions and motivations of Bolsonaro's supporters, this study examines specialized scholarship and documents produced by the Parliamentary Commission of Inquiry on the anti-democratic acts of January 8, 2023. It also analyzes the commission's final report, which investigated the attacks on the buildings of Brazil's three branches of government in Brasília, carried out by supporters of former President Jair Bolsonaro in an attempt to create conditions for military intervention and the annulment of the presidential election results based on allegations of electoral fraud.

1. Introdução

Cas Mudde, em seu livro *A extrema direita hoje*, publicado no Brasil em 2022, afirma que a direita radical tem se estabelecido nos sistemas políticos de muitos países. A conjuntura brasileira dos últimos anos, sob o governo Bolsonaro, e o cenário internacional, marcado por lideranças políticas como Donald Trump e Javier Milei, colocam em destaque a aplicação de terminologias, como extrema direita, direita radical, pós-fascismo, entre outras, para a análise de líderes e organizações políticas identificados por parte da literatura especializada como portadores de tendências antidemocráticas e autoritárias.

Os conceitos de extrema direita e de uma de suas variantes, a direita radical, são aqui entendidos como adequados para esta investigação, seguindo o método de classificação do autor (Mudde, 2022). A extrema direita para Cas Mudde é dividida entre lideranças ou organizações que ele denomina de direita radical e ultradireita radical. A primeira é geralmente composta por políticos em cargos eletivos e partidos que não rompem com o “sistema eleitoral”, participando de eleições, defendendo agendas e valores à direita em relação a temas políticos, econômicos e culturais. Possuem valores conservadores e nacionalistas, concepções de não intervenção estatal na economia e uma forte valorização da iniciativa privada; polemizam temas como a defesa da “moral e dos costumes”, identidade e o combate ao chamado “marxismo cultural” além de um enaltecimento da retórica de defesa dos valores cristãos e ocidentais contra o “globalismo”.

Segundo Mudde, mesmo compartilhando os valores acima mencionados, “a direita ultraradical renuncia a própria essência da democracia, ou seja, rejeita a soberania popular e o governo da maioria” (Mudde, 2022, p. 22). Neste sentido, organizações de extrema direita, na sua segunda variante a ultradireita radical segundo o autor, não participam de processos eleitorais, muitas atuam de forma violenta, xenófoba, e estão à margem das instituições oficiais. Como ocorre com organizações que fazem apologia explícita à herança política nazista e fascista.

Em suma, a extrema direita divide-se em dois grupos principais: a direita radical e a ultradireita radical, cujas posições em relação à democracia são fundamentalmente opostas. A ultradireita radical rejeita a própria essência da democracia, a ideia de igualdade política e governo da maioria. Já a direita radical populista apoia a democracia pelo menos em tese, mas se opõe de forma contundente às principais instituições e valores da democracia liberal, incluindo, os direitos das minorias, o Estado de Direito, a separação dos poderes. Portanto a diferença não é apenas quantitativa, no sentido de a direita ultraradical ser uma forma mais extremada da direita radical; ela é também qualitativa. (...) Embora haja inúmeras variações ideológicas e nacionais, quatro conjuntos de questões políticas são centrais para todos os grupos de extrema direita ao redor do mundo: imigração, segurança pública, corrupção e política externa (Mudde, 2022, pp. 44-45).

Os conceitos mobilizados, segundo os fundamentos apresentados por Cas Mudde e Traverso (2021), nos levam a uma reflexão sobre a direita radical no Brasil. Neste debate conceitual, como aponta Traverso (2021), o termo pós-fascismo é uma definição também viável para o estudo das direitas. Esta terminologia é útil para a identificação de manifestações de extrema direita, como movimentos e líderes políticos que, ao mesmo tempo em que reproduz muitas das características que lhe permitem identificá-los com seu predecessor, o fascismo, manifestam-se em condições históricas bem diferentes daquelas marcadas pelo pós-Primeira Guerra Mundial.

O apoio popular a esses líderes, como no caso brasileiro do ex-presidente Jair Bolsonaro com sua base de eleitores, os denominados bolsonaristas, aqui interpretados como manifestação

PALAVRAS-CHAVE

Bolsonarismo;
direita radical;
extrema direita;
golpe de Estado;
democracia;
Brasil.

PALABRAS CLAVE

Bolsonarismo;
derecha radical;
extrema derecha;
golpe de Estado;
democracia; Brasil.

KEYWORDS

Bolsonarism;
radical right; far
right; coup d'état;
democracy; Brazil.

Recibido:
22/06/2024

Aceptado:
20/07/2026

política de extrema direita, sendo os conceitos de direita radical (Mudde, 2022) e pós-fascismo (Traverso, 2021) aqui utilizados como suporte teórico conceitual.

Para estabelecer uma análise da atuação da extrema direita no Brasil, a proposta busca articular estes conceitos na avaliação da atuação da militância bolsonarista, em específico, destacando a manifestação do 8 de janeiro de 2023 quando eleitores do ex-presidente invadiram e destruíram prédios públicos da administração federal numa tentativa de anular o processo eleitoral, sob a defesa de uma intervenção militar com a alegação de que as eleições foram fraudadas. As informações sobre estas ações foram investigadas através do “Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Democráticos do 8 de janeiro.”

2. Os “patriotas”: o Relatório da CPI dos atos golpistas do 8 de janeiro

Já se passou mais de um ano do episódio que marcou a história política do Brasil, o 8 de janeiro de 2023, quando um grupo de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiu os prédios dos três poderes em Brasília: o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Palácio do Planalto, a sede do governo e o Supremo Tribunal Federal. O episódio resultou em ampla destruição do patrimônio público com os manifestantes que pediam intervenção militar para derrubar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito para o terceiro mandato.

Desde os eventos ocorridos em 8 de janeiro, a Procuradoria-Geral da República já denunciou e condenou parte dos acusados com penas que vão de 3 a 17 anos de prisão e ocorrerão outros julgamentos ainda em relação a esse caso.

Outro desdobramento relevante foi a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de tornar o ex-presidente, Jair Bolsonaro, inelegível até 2030. Ele foi condenado em junho por abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação, por conta de uma reunião com embaixadores no Palácio do Planalto sugerindo aos participantes irregularidades nas eleições presidenciais das quais foi candidato. Na ocasião, Bolsonaro questionou a confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro e afirmou que há fragilidade na lisura do processo, mas sem apresentar provas.

O dia 8 de janeiro de 2023 foi um marco histórico que reflete o nível de organização e disposição à violência de militantes autodenominados “patriotas” que representam, na verdade, lideranças e ativistas da extrema direita brasileira. Um episódio que passou a integrar o debate político e acadêmico sobre a democracia brasileira, como uma tentativa frustrada de ruptura institucional e de golpe de estado, com os manifestantes golpistas empenhados em fomentar condições para gerar uma conjuntura de caos que poderia ser instrumentalizada para justificar uma nova intervenção militar no Brasil, em um contexto de Estado de exceção.

A referida ação não pode ser pensada como um fato grave de um acontecimento isolado. E sim, como um processo que reflete o grau de organização de tendências da extrema-direita brasileira que vem se fortalecendo e se aglutinando nos últimos dez anos no Brasil.

Cabe observar que o 8 de janeiro é reflexo também de acontecimentos internacionais, como a tentativa de tomada do Capitólio nos Estados Unidos. Esta conjuntura internacional, estimulada pelo trumpismo e por manifestações europeias de teor chauvinista, tem como efeito propagar pautas da extrema-direita, mobilizando também ativistas, movimentos e partidos políticos em diversos países.

Hoje, temos como resultado desta força de iniciativas, como a invasão do Capitólio e os ataques no 8 de janeiro do Brasil, o fortalecimento de personalidades políticas antidemocráticas na América Latina: Milei, na Argentina, José Antonio Kast, no Chile, para citar alguns exemplos. Esse processo fortalece e estimula tendências antidemocráticas.

Outro fator importante que deve ser considerado são as máquinas de propaganda e persuasão desses grupos políticos e empresariais que exercem influência sobre grande parte da população brasileira. Elas

são importantes nas estratégias de comunicação dos intelectuais e dos grupos de extrema direita e propõem um claro revisionismo histórico, que buscam construir uma imagem positiva da ditadura militar brasileira, por exemplo.

Para parte dos apoiadores do bolsonarismo, o 8 de janeiro é um fator de orgulho. Aspecto que merece atenção analítica e que tende a influenciar o cenário político brasileiro e sul-americano nos próximos anos. As estratégias adotadas por lideranças e apoiadores do bolsonarismo têm buscado transformar as investigações e condenações relacionadas aos atos de 8 de janeiro em elementos de mobilização política de sua base social

Uma das estratégias observadas consiste na conversão desses episódios em instrumentos de mobilização política e fortalecimento identitário do movimento. O que é uma incongruência porque os golpistas, ao pedirem uma Intervenção Militar, partem de uma leitura equivocada do artigo 142 da Constituição brasileira, entendendo que as Forças Armadas são uma espécie de poder moderador das instituições. Então, seria uma suposta “intervenção militar constitucional”. Essa ideia de poder moderador faz parte da nossa primeira Constituição do Brasil Imperial na década de 20 do século XIX e hoje, se apresenta como uma visão equivocada dos revisionistas históricos que entendem as Forças Armadas como uma instituição acima das demais instituições de poder, como o executivo, o legislativo e o judiciário.

A data de 8 de janeiro evidencia a fragilidade da democracia brasileira. As motivações dos eleitores de Bolsonaro para executar uma ação violenta de protesto em busca de condições para organizar uma grande mobilização para a defesa de uma intervenção militar e a anulação das eleições que deram a vitória a Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil e o protesto dos eleitores bolsonaristas no dia 8 de janeiro de 2023 em Brasília refletem o elevado grau de organização de grupos da direita radical no Brasil contemporâneo.

3. A extrema direita brasileira, revisionismo histórico e violência

O cenário político atual é resultado do acúmulo de forças, da mobilização de movimentos e da atuação de líderes políticos da extrema-direita. O tema estudado nesta pesquisa foi também divulgado no livro “Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro Trump e as crises das democracias” (Editora Cultura Acadêmica, Unesp, 2022) onde se analisam os discursos de Bolsonaro entre 2019 e 2021 e a constante retórica da conclamação às Forças Armadas para intervenção no processo político. O ex-presidente persiste na defesa da retórica de que a ditadura civil-militar foi um processo positivo no Brasil e que aquele modelo de Estado de exceção deveria retornar para conter inimigos típicos na retórica dos discursos autoritários. E ainda, o combate a uma suposta esquerda que “vai dominar o Brasil” diante da necessidade de um Estado autoritário para evitar a corrupção (Barbosa, 2022).

A base de apoio bolsonarista sofreu um novo revés em 2023 quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), condenou Bolsonaro determinando sua inelegibilidade pelo período de oito anos. O ex-presidente ainda tentou recorrer da decisão, e sua base de apoio se mantém muito esperançosa em relação à reversão da sentença.

A decisão afetou a influência e a carreira política de Bolsonaro de forma relativa. Momentaneamente, ele não tem como se candidatar a qualquer cargo eletivo por oito anos, mas isso, de alguma forma, fortaleceu a mobilização da militância pró-Bolsonaro. Os acontecimentos relacionados à derrota eleitoral e depois à inelegibilidade de Bolsonaro são elementos usados para o fortalecimento do capital político dele. Precisamos entender dois pontos: Bolsonaro, enquanto um político profissional, que desde o final da década de 80 acumula cargos legislativos e o movimento bolsonarista, um movimento tipicamente de extrema-direita em suas pautas e em sua agenda política.

Bolsonaro e o movimento bolsonarista buscam acumular capital político em cima desses fatos. Por exemplo, a derrota eleitoral para a reeleição, entendida como um caso de manipulação das urnas eletrônicas e a

vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, interpretada por parte da militância mais radical como um fator de manipulação pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Supremo Tribunal Federal. A base bolsonarista mais atuante defende essas duas versões dos fatos. Ao ser colocado como inelegível, Bolsonaro passa a ocupar novamente posição central na mobilização de sua base política de apoiadores e se coloca numa posição de vítima e assim, fortalece sentimentos e o engajamento da sua própria base eleitoral.

A pesquisa aqui apresentada sobre o bolsonarismo e a extrema direita brasileira, exigiu a leitura de documentos, como o “Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Democráticos do 8 de janeiro.” O documento foi lançado em outubro de 2023, ao final dos trabalhos da CPI e tem mais de mil páginas. Na página 82 do relatório da CPI, o documento afirma os dados de que parcela expressiva dos denunciados do 8 de janeiro não reconhecem o erro. Usam suas tornozeleiras eletrônicas (dispositivo eletrônico para monitoramento de presos em regime diferenciado de prisão domiciliar) como um símbolo de prestígio social e as ostentam orgulhosamente. Segmentos importantes da sociedade brasileira, de lideranças políticas de direita, glamourizam a violência dos atos antidemocráticos e transformam criminosos em heróis. As informações da CPI apontam ainda que uma parte da população apoia aqueles que participaram da tentativa de golpe de estado.

O referido relatório indica a necessidade de investigarmos os mecanismos pelos quais a extrema direita vem arregimentando os seus contingentes. Observamos, nas redes sociais e nas mídias bolsonaristas, como o jornal “Gazeta do Povo” e o site “Brasil Sem Medo”, por exemplo, diversas reportagens e depoimentos dos presos do 8 de janeiro que agora, já soltos, se colocam na posição de vítimas de perseguição política. Uma das depoentes, ativista da cidade de Sinop em Mato Grosso, em um vídeo do site YouTube, ao ser libertada, afirmou que a tornozeleira era um “símbolo de guerra”. Reflexo da mentalidade chauvinista destes envolvidos nos Atos. Setores mais radicalizados do movimento demonstraram disposição para a adoção de estratégias de confronto. Quando observamos o grau de mobilização desta parte mais radicalizada do movimento bolsonarista, merecem destaque, por exemplo, ações de elevada gravidade, como a do militante bolsonarista Milton Baldin, que em frente ao QG do exército em Brasília no contexto dos acampamentos, conclamava para que todos os CACs do Brasil, caçadores, atiradores e colecionadores, fossem a Brasília para o impedimento da diplomação e depois da posse de Lula.

Ou casos ainda mais graves, como o de um dos ativistas, chamado Jorge Washington de Souza, que organizou a bomba e a tentativa de explosão de um carro de combustível próximo ao aeroporto da Capital Federal. Além de ser preso pelo ato da tentativa de explosão do carro à bomba, no Acampamento que estava residindo naquelas semanas, a Polícia Federal encontrou um grande arsenal de armas e munições. Em seus depoimentos, ele confessou que esses armamentos estavam sendo levados para os acampamentos para armar parte dos manifestantes para o impedimento da posse do atual presidente. Quando olhamos o movimento bolsonarista, devemos também ficar atentos aos diversos níveis de radicalização. Alguns são apoiadores, alguns são militantes intransigentes, outros estão inclinados até mesmo a práticas violentas tipificadas como terrorismo. Diante dessa situação de radicalidade e de ataques à democracia, situações muitas vezes delicadas são usadas também como capital político por esses grupos. É o caso, por exemplo, da situação da morte de um dos detidos pelos ataques de 8 de janeiro, Clériston Pereira da Cunha. Ele já tinha um histórico de problemas de saúde, foi detido pela gravidade da comprovação de seus atos de depredação nos prédios públicos em Brasília e faleceu durante o período de aprisionamento. As mídias bolsonaristas apresentam Clériston como o primeiro mártir deste contexto, uma vítima de perseguição política. Assim são construídas imagens e discursos para colocar esses indivíduos como perseguidos, como presos políticos.

Alguns destes dados e nomes serão retomados à frente, com citações de trechos do relatório da CPI do 8 de janeiro para identificar algumas das lideranças mais comprometidas com as ações de violência.

Pesquisas de opinião e a cobertura jornalística indicaram ampla rejeição social assistiu, contrariada e perplexa, pela televisão as ações do dia 8 de janeiro e o grau de violência destes militantes. Muitos brasileiros já haviam se convencido sobre a tendência radical desses grupos com a queimada de carros em Brasília no

dia 12 de dezembro, quando Lula foi diplomado e depois, com a tentativa de explosão do carro à bomba por George Washington, na véspera do Natal, no dia 24. Mesmo que parte da população brasileira ainda não tivesse clara a situação de opção pela violência desses grupos, os fatos do dia 8 acabaram comprovando isso. Neste sentido, observou-se forte reação contrária de grande parte da população brasileira repudiando a ação daqueles que tentaram um golpe de estado.

O ex-presidente Jair Bolsonaro, teve mais de 50 milhões de votos para tentar se reeleger e foi derrotado. E, grande parte desta base eleitoral, continua defendendo as posições do político e se engajam em grupos bolsonaristas, interpretando a violência ocorrida sob a ótica revisionista de que as eleições foram fraudadas.

Em 2024, constroem condições para as eleições municipais para que sejam eleitos políticos do Partido Liberal vinculados à agenda política de Jair Bolsonaro. Com um bom desempenho nas eleições municipais, pretendem construir condições para as eleições presidenciais que ocorrerão daqui a alguns anos. Mesmo Bolsonaro não sendo candidato daqui a dois anos, existem diversos ativistas e políticos profissionais ao seu entorno que podem ser lançados como possíveis candidatos, inclusive os seus filhos, que trabalham de forma muito disciplinada e organizada com uma grande articulação internacional.

4. A extrema direita bolsonarista e a mobilização e ações para a tentativa de golpe de estado

Sem dúvida um dos acontecimentos políticos mais relevantes do ano de 2023 no Brasil, foi a tentativa de golpe de estado ocorrida uma semana após a posse presidencial. Nesta seção, o texto traz dados relevantes obtidos na análise parcial do Relatório da CPI dos Atos Antidemocráticos de 8 de janeiro¹. O objetivo é apresentar dados de alguns dos participantes, organizadores, motivações e ações daqueles que realizaram as ações da tentativa de golpe de estado.

Jair Bolsonaro, ao se recusar a participar da cerimônia de Posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, deu ainda mais subsídio e incentivo ao questionamento do resultado das eleições, incitando a mobilização de apoiadores que estavam acampados em frente a vários Quartéis do Exército e Tiros de Guerra, há aproximadamente dois meses, em dezenas de cidades. Os acampamentos bolsonaristas, principalmente o maior deles na cidade de Brasília, foram o centro de organização das ações de ataques às instituições brasileiras, segundo o Relatório em questão.

No dia da Cerimônia de Diplomação de Lula como Presidente, em 12 dezembro de 2022, diversos carros foram incendiados na Capital Federal. Ocorreu no dia 24 daquele mesmo mês, a tentativa de explosão de um caminhão tanque carregado com combustível inflamável, próximo ao aeroporto de Brasília.

Em algumas cidades do interior do Brasil, principalmente na região norte, estado de Rondônia, foram registradas ocorrências de tentativas de explosões para derrubada de torres de transmissão de eletricidade.

O grau de disposição à prática de atos de violência em prol de uma ruptura institucional para a criação de circunstâncias que justificassem o acionamento da GLO (Garantia da Lei e da Ordem) é exemplificado nas ações perpetradas por militantes, como Milton Baldin, segundo reportagem do UOL Notícias, que incitou em discurso em ato público que os CACS (caçadores colecionadores e atiradores) fossem para Brasília para impedir a diplomação de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente.

George Washington de Souza, condenado por tentar explodir o referido caminhão de combustível no aeroporto de Brasília em 24 de dezembro é outro exemplo. Após a sua prisão, foram encontrados na sua residência em Brasília um grande arsenal, com diversas armas e munições. As investigações também identificaram movimentações financeiras com empresários e com as empresas onde foram realizadas as compras dos armamentos, que segundo seu depoimento, foram levados para Brasília para armar integrantes do acampamento.

George Washington veio a Brasília com várias armas e mais de mil munições com a intenção de armar outros colecionadores, atiradores desportivos e caçadores que se encontravam acampados em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília-DF. O propósito, como ele mesmo declarou, era de “pegar em armas e derrubar o comunismo”. Sobre isso, há registro de que parte das lideranças do acampamento em frente ao QG do Exército fez chamamento para que CACs se reunissem a eles. A exemplo disso, tem-se a convocação feita por Milton Baldin em palanque montado em frente ao QG do Exército (Relatório CPI, p. 283)

As ações de mobilização nos últimos meses de 2022 e os protestos trouxeram instabilidade política e tinham como objetivo proporcionar um contexto de dúvida sobre a vitória de Lula nas eleições, impedindo a sua posse como presidente no dia primeiro de janeiro de 2023.

Conforme amplamente documentado segundo registros da imprensa e documentos oficiais, no dia 8 de janeiro de 2023, mais de quatro mil manifestantes bolsonaristas invadiram a Praça dos Três Poderes. Eles chegaram em dezenas de ônibus vindos de todas as partes do Brasil e se juntaram aos outros tantos acampados na frente do Quartel do Exército, em Brasília. Informações da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), revelaram que 253 ônibus fretados chegaram ao Distrito Federal entre 5 e 8 de janeiro.

Segundo dados das investigações em andamento e provas já obtidas, houve conivência, participação e apoio de setores do exército e da polícia da cidade de Brasília. A manifestação e invasão teriam sido planejadas para legitimar uma intervenção das Forças Armadas e a decretação de um Estado de Sítio, atos que pudessem provocar a anulação do processo eleitoral.

No dia 09 de janeiro foi iniciada a Operação Lesa Pátria, uma ação ampla e coordenada de investigações realizadas pela Polícia Federal que já se encontra na sua 22ª fase, indagando sobre os participantes, organizadores e financiadores da tentativa de golpe de estado.

Segundo dados do Relatório da CPI, foram 2151 pessoas presas entre o dia 8 e 9, durante o ato e no dia seguinte no acampamento. Dessas, 1390 foram denunciadas pela Procuradoria-Geral da República.

Os crimes imputados são de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de estado, associação criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. No mês de agosto deste ano também foram presos integrantes da cúpula da Polícia Militar do DF, entre eles comandantes, coronéis e tenentes, segundo reportagem de *Congresso em foco*.

O jornal *Gazeta do Povo*, identificado editorialmente com posições favoráveis ao bolsonarismo, em matéria de 5 de dezembro trouxe a informação que segundo o STF, 102 pessoas permaneciam presas, sendo 32 presas durante a ação golpista e 70 que tiveram as prisões decretadas após essa data por meio da Operação Lesa Pátria da PF.

A última notícia divulgada no *Jornal Nacional* no dia 18 de dezembro aponta que após decisão de Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal, foi revogada a prisão preventiva de mais 46 investigados, eles também usarão tornozeleiras eletrônicas, como os demais participantes que foram soltos são proibidos de sair à noite, usar redes sociais e não podem deixar o país.

Em 14 de dezembro a PGR apresentou também a primeira denúncia contra um dos financiadores dos atos golpistas, o empresário Pedro Luis Kurunczi (Rede Lume, 2024) da cidade de Londrina que financiou seis ônibus rumo a Brasília num valor de aproximadamente 60 mil reais. O acusado também responde pela organização e arregimentação de pessoas para a participação. Na cidade do interior do Paraná, carros de som percorriam o Centro e bairros, conclamando manifestantes a irem ao acampamento organizado em frente ao Tiro de Guerra a participarem das manifestações em “defesa do País”. Foram, quase dois meses de incursões e ações como estas que ocorreram também em diferentes cidades, de forma organizada.

O Ministério Público Federal criou o grupo de estudos Estratégicos dos Atos Antidemocráticos e denunciou até agora 1.413 pessoas, divididos em 1.156 incitadores, 248 executores, 8 agentes públicos e um financiador.

Entre os envolvidos que respondem a processos denominados de médio potencial ofensivo foi disponibilizada a possibilidade de acordos para os que são considerados agentes de participação secundária nos processos. A PGR afirma que, até o momento, foram mais de 300 pessoas entre os denunciados interessados nas condições do acordo, entre elas o cumprimento de 300 horas em serviços comunitários ou em entidades públicas; pagamento de multas que variam entre 5 e 20 mil reais e participação presencial em um curso sobre democracia com carga horária de 20 horas.

Diante da tentativa de golpe de estado conclamando *intervenção militar* e anulação do resultado das eleições, os meios de comunicação favoráveis aos golpistas instrumentalizaram suas mídias numa perspectiva revisionista, típica da extrema direita, onde os manifestantes são retratados como “presos políticos”, atribuindo a violência e destruição do patrimônio público como iniciativa de “infiltrados no movimento” e responsabilizando as forças de segurança que contiveram os manifestantes de omissão (Graeml, 2023).

Foi criada também, a Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de janeiro (Asfav) no fim de abril deste ano, sob a liderança da advogada Gabriela Ritter que teve o próprio pai, Miguel Ritter detido por ter participado das ações do dia 8 de janeiro. A associação tem a finalidade de prestar apoio jurídico aos familiares dos detidos. Os advogados da associação criticam as denúncias afirmando que seria impossível identificar a contribuição de cada participante, além disso, denunciam condições nos presídios onde estão os detidos entre outros fatores que intenciam colocar os envolvidos sob a narrativa de perseguição política.

O recente acontecimento da morte de um dos detidos, Cleriston Pereira da Cunha, no dia 20 de novembro por um mal súbito no presídio da Papuda, também se tornou elemento para capital político, alçando a imagem de Cleriston como o primeiro mártir dos ataques. Os advogados do detido haviam conseguido parecer favorável para a liberdade provisória do réu devido a problemas de saúde, mas o despacho do STF sobre a solicitação não foi liberado em tempo.

No contexto de liberação de alguns detidos, imagens disponibilizadas na internet (Pragmatismo político, 2023) comprovam que os participantes do intento golpista que foram soltos se orgulham da participação e detenção. Consideram as tornozeleiras eletrônicas como uma distinção, “motivo de orgulho” e um “símbolo de guerra”.

O Relatório da CPI dos ataques do dia 8 de janeiro traçou o perfil dos manifestantes detidos. De acordo com o documento, dentre os 2151 detidos (página 77 e 78 de Relatório), a maioria era de pessoas comuns, de meia idade, de cidades do interior, sem antecedentes de violência, sem filiação partidária; apenas 20% tinham vínculos partidários, 40% mulheres, com média de 46 anos de idade.

A tentativa de transformar os detidos em símbolos de perseguição política, levou a iniciativas como a da Câmara Municipal de Porto Alegre que tentou aprovar uma lei criando o “Dia Nacional do Patriota” a ser “comemorado no dia 8 de janeiro, proposta, revogada pelo Ministro do STF, Luiz Fux. Na mesma intenção, no dia 29 de agosto, o deputado Federal Adilson Barroso (PL-SP) protocolou proposta semelhante para o dia 21 de março, como “Dia Nacional do Patriota”.

O Relatório da CPI afirma também em sua página 82 e 83 que:

Os dados de que parcela expressiva dos denunciados não reconhecem o erro, usam tornozeleiras como símbolo de prestígio social, e, as ostentam orgulhosamente (...) de que segmentos importantes da sociedade brasileira, classe política incluída, glamourizam a violência dos atos antidemocráticos e transformam seus perpetradores em heróis; os dados, enfim, de que parte da população se solidariza com os insurgentes e apoia a ruptura institucional apontam para a necessidade de nos voltarmos para o mecanismo pelo qual a extrema direita vem arregimentando seus contingentes.

5. Considerações finais

Depois de frustrada a tentativa de golpe de estado, os apoiadores das ações de 8 de janeiro continuam a defender a retórica da legitimidade das ações realizadas, buscando transformar em capital político e fator de mobilização para a base de militantes bolsonaristas, as notícias e desdobramentos das investigações e condenações dos envolvidos. Segundo o Relatório da CPI (p. 15) afirma: “A máquina do ódio continua”.

A conexão entre os eventos de 8 de janeiro e as ações de 12 e 24 de dezembro de 2022, revelam o grau de intensificação da mobilização da extrema direita numa retórica de mobilização para a tentativa de golpe de estado sob a justificativa de que as Forças Armadas brasileiras são poder moderador para uma “intervenção militar constitucional”.

Os processos, julgamentos e condenações dos envolvidos na tentativa de golpe de estado estão em fase de conclusão. Jair Bolsonaro foi condenado a vinte e sete anos de prisão e considerado culpado pelo Supremo Tribunal Federal pela tentativa de golpe de estado. A defesa do ex-presidente agora busca recursos jurídicos para contestação da pena.

Jair Bolsonaro e outros 24 réus entre militares, policiais, políticos e empresários foram condenados por cinco crimes: tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; participação em organização criminosa armada; dano qualificado; e deterioração de patrimônio tombado. Os manifestantes do 8 de janeiro em sua maioria foram presos, alguns já foram julgados e as penas variaram de acordo com as ações realizadas pelos envolvidos. As penas vão de 1 ano e 11 meses a 27 anos e três meses de prisão. Sendo a maior condenação e 27 anos para Bolsonaro.

Foi a primeira vez no Brasil que um ex-presidente foi julgado e condenado pelo crime de atentar contra os resultados eleitorais para forjar sua permanência no poder.

NOTAS

¹ Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de janeiro de 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbosa, J. (2024, 8 de janeiro). *8 de janeiro: Um ano depois, uma análise do fato mais estarrecedor da história política recente do Brasil*. Jornal GGN. <https://jornalggn.com.br/artigos/8-de-janeiro-um-ano-depois-uma-analise-do-fato-mais-estarecedor-da-historia-politica-recente-do-brasil/>

Barbosa, J. R. (2022). Bolsonarismo, mitos e mitologias políticas: Direita radical e a apologia à intervenção militar. In J. R. Barbosa & O. Piñera Hernández (Orgs.), *Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise das democracias* (pp. 35–68). Oficina Universitária; Cultura Acadêmica.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. (2023). *Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023*. Congresso Nacional. <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9484688&ts=1697682413143&disposition=inline>

Graeml, C. (2023, 31 de agosto). Preso político do 8 de janeiro fala sobre infiltrados, omissão no policiamento e abuso de autoridade. *Gazeta do Povo*. <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/cristina-graeml/preso-politico-do-8-01-fala-sobre-infiltrados-omissao-no-policiamento-e-abuso-de-autoridade/>

Londrinense é o primeiro denunciado por financiar atos golpistas, revela jornal. (2024, 1 de janeiro). *Rede Lume de Jornalistas*. <https://redelume.com.br/2024/01/01/londrinense-e-primeiro-denunciado-por-financiar-atos-golpistas-revela-jornal/>

Mudde, C. (2022). *A extrema direita hoje*. EDUERJ.

Sardinha, E. (2023, 18 de agosto). Cúpula da PM do DF é presa por omissão nos atos de 8 de janeiro. *Congresso em Foco*. <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/cupula-da-pm-no-df-e-presa-por-omissao-nos-atos-de-8-de-janeiro/>

Traverso, E. (2021). *As novas faces do fascismo: Populismo e a extrema direita*. Editora Ayiné.

Bolsonarista é liberada da Colmeia e exhibe tornozeleira eletrônica como troféu. (2023, 25 de janeiro). *Pragmatismo Político*. <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2023/01/bolsonarista-e-liberada-da-colmeia-e-exibe-tornozeleira-eletronica-como-trofeu.html>

Apoiador de Bolsonaro convoca atiradores para protesto contra Lula. (2022, 27 de novembro). *UOL Notícias*. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/27/apoiador-de-bolsonaro-convoca-atiradores-para-protesto-contr-posse-de-lula.htm>